



26 DE JANEIRO DE 2017

Quinta-feira

- ÍNDICES DE CONFIANÇA DAS INDÚSTRIAS, DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO - JANEIRO/2017
- JUIZ DO TRT DO PARANÁ É NOMEADO PARA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REFORMA TRABALHISTA
- CONGRESSO VAI ANALISAR MP QUE CRIA NOVO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- EMPRESA EM DIFICULDADE FINANCEIRA PODE ADERIR AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- PROPOSTA DESTINA PARTE DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO
- 615 TRABALHADORES DEIXAM VOLKSWAGEN DE TAUBATÉ POR MEIO DE PDV
- CONTA DE ÁGUA PODE SUBIR 26% NO PARANÁ, ESTIMA BTG PACTUAL
- ESTRATÉGIAS INICIAIS SÃO CRUCIAIS PARA O SUCESSO (OU O FRACASSO) DE UM NEGÓCIO
- BRASIL RECUPERARÁ GRAU DE INVESTIMENTO E DÍVIDA PÚBLICA CAIRÁ, DIZ TESOUREIRO
- FGV: MELHORA SUSTENTÁVEL DA CONFIANÇA DO CONSUMIDOR REQUER REAÇÃO DO EMPREGO
- REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS É REELEITO PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BNDES
- MINISTRO ESPERA QUE BALANÇA COMERCIAL TENHA SUPERÁVIT PERTO DE US\$ 50 BI EM 2017
- É POSSÍVEL A VOLTA AO GRAU DE INVESTIMENTO EM 2018, DIZ SECRETÁRIA DO TESOUREIRO
- PRODUÇÃO GLOBAL DE AÇO SOBE MENOS DE 1% EM 2016
- JUSTIÇA DETERMINA REVISÃO DE TARIFA DA COMGÁS ATÉ MARÇO, APÓS 2 ANOS DE DISPUTA

- MINISTÉRIO DO TRABALHO SE POSICIONA SOBRE EMPRESAS AUTUADAS EM TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO
- ANFAVEA COMEMORA 60 ANOS E A IMPORTÂNCIA DO SETOR AUTOMOTIVO
- FISCO VEDA CRÉDITOS DE PIS E COFINS DE FRETE INTERNACIONAL
- BNDES ADOTA CRITÉRIOS DA LEI GERAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- INDÚSTRIA SUGERE APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS FISCAIS
- ESOCIAL PERMITIRÁ QUE GOVERNO FEDERAL INTENSIFIQUE FISCALIZAÇÕES
- VICE-PRESIDENTE DA HEXAGON MANUFACTURING INTELLIGENCE, DANILO LAPASTINI SE TORNA CEO DA AMÉRICA DO SUL
- KEY PARTNER FEIMAFE, JUNKER LEVA TECNOLOGIAS DE USINAGEM E FILTROS INDUSTRIAIS À EDIÇÃO DE 2017 DO EVENTO
- 120 MIL FUNCIONÁRIOS DA UNIÃO NÃO SERÃO AFETADOS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- RETOMADA GRADUAL DA INDÚSTRIA DEVE APOIAR AVANÇO DE 5% DA DISTRIBUIÇÃO

CÂMBIO EM 26/01/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,183	3,183
Euro	3,401	3,402

Fonte: BACEN

Índices de Confiança das Indústrias, de Transformação e da Construção - Janeiro/2017

26/01/2017 – Fiepr

A FIEP divulga os Indicadores de Confiança das Indústrias de Transformação e da Construção (Jan/2017). Para acessar o resultado da pesquisa, acesse os links abaixo.

Índice de Confiança da Indústria da Construção - ICIC

[http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/ICIC_2017_01\[73740\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/ICIC_2017_01[73740].pdf)

Para acessar a pesquisa Índice de Confiança da Indústria da Transformação - ICIT

[http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/ICIT_2017_01\[73738\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/ICIT_2017_01[73738].pdf)

Juiz do TRT do Paraná é nomeado para equipe responsável pela reforma trabalhista

26/01/2017 – CBN Curitiba



Juiz de carreira do TRT, o paranaense Marlos Melek vai atuar como auxiliar na elaboração da reforma trabalhista, em construção pelo governo Temer. Já nomeado na função, Melek destaca a necessidade de se reduzir a interferência na relação patrão/empregado e afirma que a legislação tem que ser menos hostil com os empreendedores.

O juiz Marlos Melek vai atuar junto à Casa Civil da presidência da República para a elaboração do que chama de uma modernização da legislação trabalhista no país.

Em entrevista ao jornalista Carlos Alberto Sardenberg no CBN Brasil, o paranaense destacou que a intenção fundamental é a de fixar três grandes pilares: liberdade na contratação, segurança jurídica e simplificação de normas.

Melek ressaltou a necessidade de tornar a legislação trabalhista mais clara, com menos possibilidade de interpretação e menos hostil aos pequenos empreendedores.

Segundo ele, essa modernização deve garantir mais maleabilidade para a faixa que mais gera empregos no país.

Apesar de defendida pelo governo, a reforma vem sendo alvo de críticas de sindicatos e do próprio Ministério Público do Trabalho que falam em pontos inconstitucionais no que já foi apresentado.

Sobre isso, o juiz chamou os críticos a indicar quais são os problemas na reforma.

Até o momento o governo federal apresentou um mini projeto de reforma, que contempla itens como a flexibilização de jornada, a ampliação do período para contratação temporária e a definição de que acordos coletivos de trabalho definidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão se sobrepor à CLT .

O texto final do projeto de reforma deve ser enviado ao Congresso em fevereiro, na volta do recesso parlamentar.

Congresso vai analisar MP que cria novo programa de regularização tributária

26/01/2017 – Notícias do Senado

O Congresso Nacional começa a analisar, a partir do dia 2 de fevereiro, na volta do recesso parlamentar, a medida provisória que cria novo programa de regularização tributária.

O novo Refis vale para as dívidas com a União até novembro de 2016, tanto de empresas quanto de pessoas físicas. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) considera a [MPV 766/2017](#) positiva.

Ele sustenta que o novo Refis vai permitir que muitas empresas retornem para a legalidade, viabilizando novos investimentos para geração de emprego e renda no país.

Empresa em dificuldade financeira pode aderir ao Programa de Proteção ao Emprego

26/01/2017 – Notícias do Senado

As empresas em dificuldade financeira podem aderir ao Programa de Proteção ao Emprego ([MP 761/2016](#)) para renegociar a jornada de trabalho e a redução do salário dos trabalhadores.

Senadores avaliam que o programa é necessário em função da situação econômica e do desemprego, mas o ideal seria recolocar a economia no caminho do crescimento.

Proposta destina parte dos royalties da mineração para saúde e educação

26/01/2017 – Notícias do Senado

Proposta em análise no Senado quer aumentar os recursos para saúde e educação, utilizando parte da tributação paga pelas mineradoras pela exploração de jazidas. O [PLS 254/2013](#) é do ex-senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), com substitutivo da relatora na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ela sustenta que a emenda constitucional que estabelece um teto para os gastos públicos trará problemas profundos para as áreas sociais, tornando a proposta mais necessária.

615 trabalhadores deixam Volkswagen de Taubaté por meio de PDV

26/01/2017 – Tribuna PR

Um acordo feito entre a Volkswagen e seus trabalhadores resultou na demissão voluntária de 615 deles na fábrica de Taubaté, no interior de São Paulo, conforme informou nesta quarta-feira, 25, o sindicato dos metalúrgicos da cidade. Como incentivo para deixar a empresa, os funcionários receberam entre 25 e 35 salários, a depender do tempo de casa.

O programa de demissão voluntária, que começou no fim de dezembro e terminou em janeiro, foi uma das condições impostas pelo sindicato no início de dezembro para que os trabalhadores aceitassem ficar sem reajuste salarial em 2016 e sem aumentos acima da inflação entre 2017 e 2022. Em contrapartida, a empresa se comprometeu a não demitir ninguém nesse período.

Na época, o sindicato considerou o acordo positivo, "já que o País passa por uma turbulência econômica e política".

A 615 demissões voluntárias anunciadas hoje representam uma diminuição de 15% na força de trabalho da fábrica de Taubaté, que contava, até então, com cerca de 4 mil funcionários.

A Volkswagen, que tem quatro fábricas espalhadas pelo Brasil e cerca de 18 mil trabalhadores no total, havia informado em novembro que pretendia demitir mais 3 mil funcionários em suas operações no País ao longo de um período de cinco anos, começando em 2016.

Mas os desligamentos, ressaltou a empresa à época, já estão previstos nas negociações de acordos coletivos com os sindicatos de cada região.

No Brasil, onde a venda de veículos enfrenta uma queda acumulada de quase 50% desde 2013, a Volkswagen foi a que mais perdeu participação de mercado nos segmentos de automóveis e comerciais leves.

No fim de 2012, a marca ocupava a segunda posição na preferência dos brasileiros, com 21,1% de participação. Em 2016, a fatia da montadora caiu para 11,5%, ficando na terceira colocação.

O setor como um todo terminou o ano passado com queda de 20,2% nas vendas, para 2,05 milhões de unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Para este ano, a expectativa é de crescimento de 4%, para 2,13 milhões de unidades.

Conta de água pode subir 26% no Paraná, estima BTG Pactual

26/01/2017 – Gazeta do Povo

Aumento está ligado a novo modelo tarifário da Sanepar, que deve ser implantado em abril. Para banco de investimentos, eventual reajuste será parcelado



Depois de ficar congelada entre 2005 e 2010, por ordem do governador Roberto Requião, a tarifa de água e esgoto da Sanepar ficou 106% mais cara no governo de Beto Richa. Com a mudança no modelo tarifário, que deve entrar em vigor no mês de abril, ela pode subir mais 26%, estima o BTG Pactual. Mas o banco admite que um aumento desses é “complexo do ponto de vista político”, e prevê que ele será parcelado ao longo de quatro anos.

A transição para o novo modelo tarifário – tarefa que estava a cargo do Instituto das Águas do Paraná e em dezembro foi repassada à Agência Reguladora do Paraná (Agepar) – está alinhada ao marco regulatório do saneamento básico, que virou lei federal há dez anos.

O marco estimula a adoção da “regulação por incentivos”, permitindo o uso de “mecanismos tarifários de indução à eficiência (...) assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços”.

Hoje os reajustes tarifários buscam compensar aumentos de custos sofridos pelas empresas de saneamento.

O novo modelo, por sua vez, privilegia o retorno sobre os ativos, recompensando as companhias pelo que investem no sistema de água e esgoto. O investimento pode ser remunerado antes mesmo de ser feito, o que, na avaliação do BTG, reduziria a necessidade de financiamento da Sanepar.

Investimentos

“Estamos fazendo a atualização patrimonial da Sanepar. A última foi feita em 2001. Essa atualização exige também a atualização das tarifas”, diz Mounir Chaowiche, presidente da empresa.

“O que eu destaco é que as receitas de tarifa retornam para a população através de investimentos.”

A Sanepar investiu quase R\$ 3,4 bilhões de 2011 a 2015 e deve desembolsar R\$ 1 bilhão neste ano, segundo Chaowiche.

O total investido em 2016 ainda não foi divulgado, mas, de janeiro a setembro, a companhia aplicou R\$ 527 milhões, 12% menos que no mesmo período de 2015.

“Estamos investindo fortemente na melhoria do abastecimento de água, não só para agora, mas para os próximos 30 anos. Na área de coleta e tratamento de esgoto, temos um índice de 70% nos municípios em que atendemos, e que passa de 90% em Curitiba e nos grandes centros. A média brasileira é de 40%”, diz o presidente.

Estratégias iniciais são cruciais para o sucesso (ou o fracasso) de um negócio

26/01/2017 – Gazeta do Povo

Ações rápidas que visam o longo prazo ajudam a empresa a funcionar com segurança e boas previsões



Empreendedores em geral - sejam aqueles que estão concebendo um projeto ou os que passaram dessa fase e já estão com as ideias na prática – estão acostumados a fazer planos de negócio, de ação, elaborar metas e estratégias. Isso é importante para desenhar uma perspectiva do negócio e saber a melhor maneira de conduzir o projeto.

Mas quando a ideia é colocada na prática e precisa ganhar mercado, sai na frente quem executar ações que, além de serem eficazes para o momento, garantem bons resultados a longo prazo.

Firmar parcerias, alinhar os funcionários com o propósito da empresa, conquistar os clientes através do atendimento e relacionamento e lançar promoções são medidas trazem reconhecimento para uma marca. Com isso o empreendedor posiciona sua ideia perante o mercado e então pode trabalhar para que ela se consolide e garanta seu espaço.

No bar Sirène, essa estratégia rendeu bons frutos. Os amigos Afonso Natal Neto, Lucas Muller e Raphael Umbelino levaram sete meses para planejar qual negócio funcionaria no espaço que adquiriram, na rua Trajano Reis, no centro de Curitiba. Em janeiro de

2016, a casa abriu suas portas oferecendo para o público um único prato: *fish and chips*, uma comida típica de Londres.

Relacionamento com os clientes ajuda a construir estratégias de sucesso

Quando as primeiras ações surtem o efeito desejado a longo prazo, a empresa pode acreditar em sua solidez para continuar expandindo. E em cada novo plano essa estratégia pode ser aplicada novamente.

Desde que criaram o blog Tudo Orna, em 2010, as irmãs Bárbara, Débora e Julia Alcântara trabalharam para cativar um público interessado em moda e consumo consciente. Quatro anos depois, lançaram a marca de acessórios ORNA, com bolsas feitas manualmente e de matéria-prima regional, conceitos que valorizaram o produto e segmentaram a produção para os públicos A e B.

As irmãs e sócias decidiram, então, lançar uma linha de maquiagem para levar a marca até novos clientes. Estudaram o mercado e planejaram as ações de curto prazo antes mesmo de lançar o produto.

“A gente fez a divulgação pelas redes sociais e contato direto com os clientes dois meses antes dos batons ficarem prontos”, conta Débora Alcântara. Além disso, elas foram em busca de novas parcerias, como com a farmacêutica que agora testa os produtos.

O cuidado era para que o novo produto tivesse uma nova identidade, mas continuasse com os valores construídos com o público desde o começo do blog. O lançamento do cosmético provou que elas acertaram: um dos produtos se esgotou em menos de 24 horas.

Para Débora, as ações de curto prazo trouxeram resultados rápidos, mas o foco é que eles tenham continuidade, alinhando o ritmo com a identidade da marca. “Nossa maior preocupação é fazer bem feito e não passar por cima do que a gente acredita. E nossos clientes se adaptaram a isso também”, analisa.

Por trabalharem com um produto especializado e que não era tão conhecido pelos clientes, os sócios trabalharam outras formas de atrair quem frequentava a região. Firmaram parceria com uma fábrica de chope local e adaptaram a receita para o gosto brasileiro.

Assim, quem era atraído pelas promoções de cerveja acabava ficando pela qualidade do produto. Por fim, os donos investiram na comunicação com o público, que ajudou a divulgar o local. A estratégia trouxe bons resultados: o faturamento do Sirène começou em R\$ 30 mil e dobrou duas vezes ao longo do ano.

Atenção e planejamento

Apesar dessa movimentação parecer orgânica, ela teve de ser muito bem planejada para dar certo. Os sócios, que no início eram os únicos funcionários do bar, já tinham novas contratações e parcerias em mente.

Conseguiram fidelizar o fornecedor dos peixes e contrataram mais atendentes, um zelador e um profissional de marketing digital. “A qualidade e o preço justo deram o *up* para o bar. Agora, investimos nas redes sociais para ter um feedback rápido e melhorar o atendimento, que sempre foi essencial”, explica Neto.

Esse planejamento feito no início dos negócios demanda organização de recursos, procedimentos e tempo. Segundo Deise Hofmeister, coordenadora da pós-graduação em Empreendedorismo e Desenvolvimento de Novos Negócios na Universidade Positivo, a atenção necessária para o momento antes de abrir as portas deve ser redobrada quando o negócio começa a funcionar. “O ritmo de trabalho da empresa

tem que ser alto. Quem dita as regras é o mercado, depende de demanda e para ela crescer a pessoa precisa estar ali”.

Rede amiga

Para Edith Viana Alves, consultora do Sebrae em empreendedorismo, as parcerias com fornecedores, mentores e consultores ajudam a planejar e ajustar o negócio. “Às vezes o dono faz tudo, aí não tem tempo de cuidar da gestão, porque está focado no operacional. A rede de contatos é importante para se atualizar sobre a área, diversificar e até expandir o negócio”, afirma.

E foi com uma parceria que o [Whatafuck](#) conseguiu consolidar seus planos de expansão. O sócio da hamburgueria, Daniel Mocellin, conta que o bom relacionamento com fornecedores garante vantagem estratégica para a casa.

“Temos prioridade para receber os produtos. Isso trouxe segurança para abrir uma nova unidade”. Para ele, a segunda loja é tratada como um novo negócio, mas o planejamento aproveita os aprendizados de quem já conhece a empresa.

Termômetro

As especialistas alertam que, muitas vezes, o projeto tem que ser reajustado. “O controle da gestão, tudo que você aprende a acompanhar desde o começo, é o que ajuda você a ver onde pode adequar o plano para melhorar seus resultados”, ressalta Alves.

As medidas de curto prazo são simples e ajudam o empreendedor nesse acompanhamento. Promoções e análise de redes sociais geram um estudo sobre o cliente. Parcerias com fornecedores podem baratear custos e trazem conhecimento sobre o mercado.

Esses resultados apontam o perfil do negócio e facilitam a vida do empreendedor no decorrer da atividade. Um dos termômetros que podem indicar a necessidade de ajustar os planos é a lucratividade, que deve aumentar ao longo dos meses, visando o *break even* (quando a empresa atinge o equilíbrio financeiro).

Outro indicador é a movimentação, que mostra se a empresa foi aceita ou não. “O negócio pode não ter grande rentabilidade, mas está sempre cheio, mais do que a concorrência. É um bom sinal. Oferecer um serviço melhor pode sair mais caro, mas atrai as pessoas”, explica Hofmeister. Nesse caso, a medida é o relacionamento com o cliente.

Brasil recuperará grau de investimento e dívida pública cairá, diz Tesouro

26/01/2017 – Bem Paraná

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou nesta quarta-feira (25) que o Brasil recuperará o grau de investimento e voltará a uma trajetória de queda da dívida pública. Ela ressaltou, contudo, que o Tesouro, responsável pela gestão da dívida, está lidando com o atual cenário econômico “com os pés no chão” e “fazendo a melhor combinação possível entre risco e custo”.

A secretária fez a afirmação em referência a mudanças no perfil da dívida projetadas no Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2017. O governo prevê, por exemplo, uma tendência de alta dos títulos vencidos em 12 meses, ou seja, com prazo mais curto.

Em 2017, eles devem representar de 16% a 19% da composição da dívida. Nos próximos anos, devem situar-se abaixo de 20% da dívida pública federal, mas a partir de 2021 devem crescer devido aos vencimentos de LFTs.

O LFT é um título pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da Selic, taxa básica de juros da economia. O PAF prevê também redução do prazo médio da dívida no curto prazo.

No entanto, o objetivo do governo na condução da dívida pública deve ser substituir os títulos remunerados por taxas de juros flutuantes, como os LFTs, por títulos com rentabilidade prefixada e títulos remunerados por índices de preços. Outro objetivo deve ser o aumento do prazo médio do estoque da dívida.

Ana Paula Vescovi negou que as projeções do PAF estejam em contradição com esses objetivos.

"Haja vista o cenário presente, é prudente em função de custos e de prazo que usemos os instrumentos que nós temos. Por isso a participação das LFTs será importante este ano. Existe uma cultura de preferência do mercado brasileiro pelas LFTs", disse.

A secretária afirmou ainda que, devido à situação de sucessivos déficits primários, os custos precisam ser levados em conta na gestão da dívida pública federal. "Que nossas ações de política fiscal possam diminuir a pressão sobre a dívida pública e que possamos voltar à nossa trajetória da dívida de sempre."

A dívida pública encerrou 2016 em R\$ 3,113 trilhões, com crescimento de 11,45% em relação aos R\$ 2,793 trilhões registrados em 2015. Para 2017, o PAF prevê que a dívida fique entre R\$ 3,45 trilhões e R\$ 3,65 trilhões.

FGV: melhora sustentável da confiança do consumidor requer reação do emprego

26/01/2017 – Tribuna PR

A retomada sustentável da confiança dos consumidores passa necessariamente pela recuperação do mercado de trabalho no País, segundo Viviane Seda Bittencourt, coordenadora da Sondagem do Consumidor no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 6,2 pontos em janeiro ante dezembro, para 79,3 pontos. O resultado compensa parte das perdas acumuladas nos dois meses anteriores, de 6,7 pontos, mas permanece em nível ainda muito baixo em níveis históricos. A média histórica do indicador é de 94,2 pontos.

"Há uma melhora da confiança mais baseada pelas expectativas, que vem da redução da inflação e da queda na taxa de juros. Parece que essas duas notícias realmente influenciaram a confiança. Mas ainda é muito cedo para dizer que há tendência de melhora", disse Viviane.

Segundo ela, a recuperação do indicador só será sustentável quando houve um cenário mais positivo no mercado de trabalho. "O resultado de janeiro recupera parte da perda dos últimos dois meses do ano passado, mas ele já estava em patamares muito baixos antes disso. Então dizemos que ainda é uma redução da desconfiança do consumidor", explicou a coordenadora da sondagem.

Em janeiro, o Índice da Situação Atual (ISA) avançou 2,9 pontos, para 68,1 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) subiu 8,3 pontos, para 88,1 pontos.

A satisfação do consumidor com relação à situação financeira familiar ficou em 61,6 pontos, uma alta de 4,3 pontos em relação ao mês anterior, quando atingiu o piso histórico de 57,3 pontos.

Mas o item que mede o otimismo em relação à situação econômica nos seis meses seguintes foi o que mais contribuiu para a alta do ICC em janeiro, com avanço de 8,4 pontos, após uma perda de 9,6 pontos acumulada nos dois meses anteriores.

Representante dos empregados é reeleito para Conselho de Administração do BNDES

26/01/2017 – Tribuna PR

O atual membro do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na vaga de representante dos funcionários, William Saab, foi reeleito para o cargo, conforme resultado das eleições internas, publicado nesta quarta-feira, 25, no site da instituição de fomento na internet. Ainda cabe recurso à apuração, mas o resultado aponta que Saab venceu com 53,5% dos votos válidos.

Conforme os dados publicados no site do BNDES, 1.076 funcionários votaram, mas 1.063 votos foram considerados válidos – foram registrados oito votos em branco e cinco nulos.

Saab teve 569 votos. Rafael Costa Strauch, seu único concorrente, teve 46,5% dos votos válidos, sendo o escolhido por 494 eleitores. A campanha eleitoral ocorreu de 29 de dezembro do ano passado até o último dia 13. A votação, por via eletrônica, ficou aberta de entre os últimos dias 16 e 23.

Conselheiro desde novembro de 2013, Saab terá mais três anos no cargo, mas não poderá ser reeleito novamente. No BNDES, a vaga de representante dos empregados no conselho de administração tem mandato de três anos e permite uma reeleição.

A eleição de representantes dos trabalhadores para os conselhos de empresas estatais com mais de 200 empregados foi determinada por uma lei de 2010. As estatais precisaram alterar seus estatutos sociais para comportar a mudança.

O BNDES foi uma das últimas estatais a fazer isso – a Petrobras já tem representante dos empregados desde março de 2012, enquanto Saab foi o primeiro a ocupar o cargo no banco de fomento.

Ministro espera que balança comercial tenha superávit perto de US\$ 50 bi em 2017

26/01/2017 – Tribuna PR

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, trabalha com a perspectiva de um superávit comercial de US\$ 50 bilhões em 2017, superando o saldo positivo do ano passado.

“A perspectiva desse ano é que haja superávit novamente e que o valor absoluto seja superior ao do ano passado. Algo em torno de US\$ 50 bilhões”, disse Pereira. Para o ministro já há sinais de retomada da economia no próximo semestre e o câmbio deve favorecer importações. Por outro lado, o diálogo com as federações das indústrias indica um crescimento das exportações.

Em 2016 a balança comercial brasileira teve um saldo positivo de US\$ 47,7 bilhões, o melhor resultado da série histórica iniciada em 1989.

O recorde anterior era de 2006 e somava US\$ 46,4 bilhões. O saldo foi recorde, mas foi conseguido principalmente graças a um forte recuo de 20,1% nas importações. Já as exportações caíram 3,5%.

É possível a volta ao grau de investimento em 2018, diz secretária do Tesouro

26/01/2017 – Tribuna PR

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, voltou a dizer que a retomada do grau de investimento e do selo de bom pagador ao País é um objetivo de todo o governo e confirmou que fazer isso já em 2018 é “viável e possível”.

“Esse trabalho precisa ser muito focado na volta da obtenção de superávits primários em volume ideal para fazer com que a dívida pública decline em relação ao PIB”, afirmou. A secretária comentou nesta manhã os resultados do Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2017, divulgados nesta quarta-feira, 25

Ela enfatizou que, desde que o País perdeu o grau de investimento, 2,5 milhões de empregos também foram perdidos. “Isso está relacionado à perda da confiança na economia”, avaliou.

A secretária do Tesouro Nacional disse ainda que o órgão evitou realizar emissões externas em janeiro para dar oportunidade à empresas realizarem suas estratégias de financiamento.

Ana Paula confirmou que uma emissão em euros neste ano “é bastante possível”.

“Vamos continuar avaliando o cenário europeu”, afirmou. Ela afirmou, também, que o Tesouro continua avaliando a possibilidade de realizar emissões no mercado asiático, mas informou que ainda será necessária a conclusão de estudos para a definição da moeda para essa emissão. “O objetivo é criar referências para emissões de empresas brasileiras no mercado asiático”, completou.

BNDES

Ana Paula Vescovi disse que o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2017 não prevê nenhum novo adiantamento de recebimentos do BNDES e também não contempla nenhuma capitalização de bancos públicos ou empresas estatais. “A estratégia do governo neste ano é garantir o cumprimento da meta fiscal”, explicou.

Produção global de aço sobe menos de 1% em 2016

26/01/2017 – UOL Economia

O mundo produziu 1,63 bilhão de toneladas de aço bruto em 2016, informou nesta quarta-feira a Worldsteel Association, a entidade que reúne informações do setor siderúrgico de 66 países. Sobre o ano anterior, a alta foi de 0,8%.

O aumento ocorreu mesmo com o atual excesso de capacidade global próximo a 780 milhões de toneladas. A China, grande responsável por esse excesso, foi também essencial no crescimento em 2016: sua produção avançou 1,2%, para 808,4 milhões de toneladas. O país elevou levemente sua participação no volume mundial, de 49,4% para 49,6%.

Na Ásia fora os chineses, foram fabricadas 306,7 milhões de toneladas, incremento de 2,5%. A Índia contribuiu com o desempenho, elevando em 7,4% sua produção, para 95,6 milhões de toneladas.

Além disso, os Estados Unidos produziram 78,6 milhões de toneladas no ano passado, 0,3% a menos. A Rússia também ficou praticamente estável, com leve recuo de 0,1%, para 70,8 milhões de toneladas.

O Brasil, produzindo 30,2 milhões de toneladas de aço bruto, perdeu importância e

ficou em nona colocação no ranking de maiores países na siderurgia global, sendo ultrapassado pela Turquia. O país atendeu por 1,85% da produção internacional, ante 2,06% em 2015.

Levando em conta apenas dezembro, a Worldsteel informou que as siderúrgicas fabricaram 134,1 milhões de toneladas, 5,5% a mais em comparação anual e aumento de 1,3% sobre novembro. Só na China, houve crescimento de 3,2% sobre dezembro de 2015 e de 1,4% em relação a novembro, para 67,2 milhões de toneladas.

O Japão produziu 8,7 milhões de toneladas em dezembro, alta de 15% na comparação anual e de 1,1% na mensal. A Ásia como um todo, excluindo a China, produziu 25,4 milhões de toneladas no mês passado, avanços de 6,3% e de 2,7%, respectivamente.

Além disso, os dados da Worldsteel mostram a aceleração do ritmo nos EUA. Em dezembro, foram 6,6 milhões de toneladas produzidas, forte incremento de 11% na comparação anual e de 6,3% perante novembro. Na Rússia, as altas foram de 8% e 4%, nesta ordem, para 6,2 milhões de toneladas.

Esse nível produtivo fez as usinas dos 66 países que a associação acompanha terminarem o ano com 69,3% de uso de capacidade média, ante 69,7% no ano anterior. Em dezembro, o índice foi de 68,1%, 2,8 pontos percentuais acima do mesmo mês de 2015.

Justiça determina revisão de tarifa da Comgás até março, após 2 anos de disputa

26/01/2017 – Folha de S. Paulo

Após quase dois anos de disputa judicial, a Arsesp (agência reguladora de energia paulista) terá até março para revisar a tarifa de gás canalizado da Comgás – processo que, por contrato, deveria ter ocorrido em 2014.

O prazo foi determinado no fim de 2016 pelo Tribunal de Justiça do Estado, como resultado de uma apelação movida pela Abrace – cujas associadas detêm cerca de 40% do consumo de gás do país.

"Enxergamos uma potencial redução de 15% do custo de distribuição, mas nem todos os componentes foram discutidos", afirma Camila Schoti, responsável pela área de gás e energia da entidade.

Independente do resultado da análise, porém, a associação cobra a conclusão do processo. "O atraso cria insegurança jurídica e prejudica a revisão da taxa das demais concessionárias do Estado."

Após a decisão, em dezembro, a agência chegou a marcar duas audiências públicas sobre o tema, que, no entanto, foram canceladas após liminar da Cogen – entidade da qual a Comgás faz parte.

A concessionária também chegou a entrar com embargos declaratórios para suspender a decisão, mas o tribunal afirma que o prazo de 90 dias continua valendo.

Por contrato, a adequação dos preços é feita a cada cinco anos, o que não ocorreu à época, devido a questionamentos sobre a metodologia.

Desde então, a agência fez reajustes provisórios da taxa.

Procurada, a Arsesp não quis se pronunciar. A Comgás não se manifestou sobre a projeção de queda da taxa e afirmou que "acredita que São Paulo logo chegará a uma solução coerente com seu potencial de crescimento."

ENTENDA

Revisão da tarifa era prevista para 2014

O que é?

Contrato de concessão prevê revisões a cada cinco anos, com possíveis mudanças no cálculo da remuneração; a última deveria ter ocorrido em maio de 2014

Por que não ocorreu?

À época, Arsesp alegou atraso na licitação para contratar consultoria e prazo insuficiente para analisar questionamentos sobre a metodologia; indústrias consumidoras alegam falta de planejamento da agência

Empresas que distribuem gás natural em SP

- > Comgás
- > Gas Brasileiro
- > Gas Natural Fenosa
-

Crise favorece fundos que bancam ação em arbitragem

A recessão econômica impulsiona a demanda por financiamento de ações em câmaras de arbitragem, segundo fundos especializados nesse tipo de negócio.

Litigar em uma câmara de arbitragem tem um custo mais alto que na Justiça –é preciso pagar a câmara e os árbitros, e os gastos com advogados que defendem a empresa são concentrados em um período curto.

Há fundos que pagam essas despesas em troca de uma porcentagem do valor da ação, em caso de vitória.

"As empresas têm preferido usar seus recursos para cobrir o negócio, e não ficar com dinheiro empatado durante os cerca de dois anos que duram uma ação", afirma Narghis Torres, diretor-executivo da Lex Finance.

O gasto para litigar em uma causa de R\$ 50 milhões é de cerca de 4% desse montante (R\$ 2 milhões), estima Leonardo Viveiros de Castro, diretor da gestora Leste.

"Nesse momento, o valor médio de nossos aportes é de R\$ 3,5 milhões por causa.

Investimos sem garantia. Os principais riscos são dois: perder a disputa na arbitragem e, em caso de vitória, calote da outra parte."

Ministério do Trabalho se posiciona sobre empresas autuadas em trabalho análogo à escravidão

26/01/2017 – MTE

O Ministério do Trabalho considera a divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo um dos relevantes instrumentos de combate a essa prática que atenta contra o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Contudo, diante da longa história de judicialização que envolve tal questão, fruto de instrumentos normativos redigidos à toque de caixa e sem a devida profundidade técnica requerida por tema tão controverso, que inclusive acarretou na proibição da divulgação da chamada "Lista Suja" por vários anos por determinação expressa do Supremo Tribunal Federal, o Ministério do Trabalho optou por temporariamente não

divulgar o Cadastro, por considerar que a Portaria que hoje regula a formação da lista, assinada às pressas no último dia do governo anterior, não garante aos cidadãos instrumentos de efetivo exercício dos direitos constitucionalmente assegurados ao contraditório e à ampla defesa, bases sob as quais se firma qualquer nação civilizada.

Nesse sentido, o Ministério do Trabalho (MTb) editou a portaria 1.429, de 16 de dezembro de 2016, criando um amplo Grupo de Trabalho que visa aprimorar técnica e juridicamente o modelo de produção e divulgação do Cadastro, pretendendo assim dar a segurança jurídica necessária a um ato administrativo com efeitos tão contundentes.

Como exemplo dessa contundência, no Estado de São Paulo empresas que estiverem incluídas na lista são obrigadas a fechar as portas, para citarmos apenas uma de suas severas e necessárias consequências.

Na forma da referida portaria foram convidados a participar do GT o Ministério Público do Trabalho, a OAB, representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, respeitando o modelo de representação tripartite da OIT.

O GT tem prazo final de conclusão dos trabalhos previsto para o dia 29 de julho, data na qual deve ser proposta uma nova diretriz normativa para o tema, que prime pela segurança jurídica à cidadania.

Afinal, eventuais inclusões indevidas não apenas redundariam em injustiças com graves consequências a cidadãos e empresas, gerando desemprego, como acarretaria nova judicialização do tema, comprometendo a credibilidade do Cadastro, fator essencial para que o mesmo alcance os objetivos almejados.

Por outro lado, o Ministério informa que as operações de fiscalização de combate ao trabalho análogo ao de escravo continuam sendo feitas pelos agentes da pasta, independentemente da publicação do cadastro, assim como demais ações repressivas.

Como exemplo, ressalte-se que há poucos dias o ministro Ronaldo Nogueira assinou o Protocolo à Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de combate ao trabalho forçado. O documento foi enviado ao Congresso Nacional, para ratificação.

O texto elenca uma série de medidas preventivas, reparatórias ou de proteção para a erradicação do trabalho forçado, em especial contra mulheres e crianças. Antes mesmo da assinatura do protocolo, o Brasil já cumpria as normas de combate a trabalhos forçados previstas no documento. Nos últimos 15 anos, os auditores fiscais do trabalho resgataram mais de 15 mil trabalhadores em situação de trabalhos forçados.

Por fim, refira-se que a postura serena e cautelosa da Administração Pública está amparada em decisão judicial que reconsiderou a decisão liminar que determinava a divulgação da lista.

Nem sempre a postura responsável é a mais fácil de ser tomada, mas ao gestor público incumbe a tarefa primeira de respeitar e fazer respeitar as leis do país, em especial a Constituição da República.

Nenhum direito é absoluto, e os direitos de cada cidadão são limitados pelos direitos dos outros. Dessa harmonia, dessa convivência pacífica e plural, nasce a democracia em que vivemos.

Anfavea comemora 60 anos e a importância do setor automotivo

26/01/2017 – GS Notícias

A história do setor automotivo no Brasil começou com a chegada dos primeiros carros importados pelas famílias de Santos Dumont, José do Patrocínio e Tobias de Aguiar. Logo depois, ainda no começo do século XX, algumas empresas começaram montar veículos em galpões e depósitos em São Paulo.

Com o tempo, passam de importadoras para montadoras, com fábricas instaladas na Região do ABC paulista. A proibição da importação de peças em 1952, pelo presidente Getúlio Vargas, favoreceu a nacionalização.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República com a proposta de crescer 50 anos em cinco e incentivou o setor com a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), em 1956. No mesmo ano, em 15 de maio, surgiu a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a Anfavea.

Nestes 60 anos da história da entidade, o setor automotivo se confunde com a história do desenvolvimento do Brasil embalando e atendendo sonhos que geram renda e emprego em um segmento que responde por 23% do Produto Industrial Interno Bruto do país.

A entidade dos fabricantes de veículos - automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e rodoviárias - começou com oito associados que empregavam 9,8 mil trabalhadores e produziam 30, 5 mil veículos por ano.

A cadeia automotiva acompanhou o desenvolvimento do país e ajudou desbravar fronteiras e a conquista do interior. Hoje as 32 associadas da Anfavea respondem por quase 130 mil empregos e produziram em anos recordes, como em 2013, mais de 3,7 milhões de veículos, vendeu 3,80 milhões de unidades e exportou quase outras 900 mil.

Também desenvolveu a tecnologia de motores flexíveis que permitem o uso da gasolina, etanol ou a mistura de ambos em qualquer quantidade e que equipam cerca de 90% dos veículos produzidos no país.

As principais montadoras do mundo estão presentes no país. Os investimentos anunciados chegarão a R\$ 85 bilhões no período 2012 a 2018 para construção, ampliação e modernização de fábricas, atualização e desenvolvimento de novos produtos.

Diversos fabricantes tem centros de pesquisa e desenvolvimento que criam veículos e plataformas que rodarão pelo mundo inteiro.

Dos investimentos previstos, cerca de R\$ 15 bilhões terão foco em pesquisa, desenvolvimento e engenharia para atender o Inovar-Auto.

Presidida por Antonio Megale, como parte da programação dos seus 60 anos, a Anfavea fará apresentações e palestras em universidades brasileiras com o objetivo de contato com jovens universitários para retratar a história da indústria, além de conversar sobre temas que são frequentemente debatidos na sociedade.

Anfavea comemora 60 anos e a importância do setor automotivo

26/01/2017 – GS Notícias



Reforço para robustez com destaque à nova frente e interior sofisticado

Faróis, iluminação diurna por LEDs, grade alongada, capô com vincos, rodas de 18 polegadas e para-choque com auxiliares de neblina redesenhados, o novo Trailblazer 2017 por fora remete a picape S10 e segue a nova identidade visual da marca. Na traseira, lanternas em LEDs.

O interior também foi aperfeiçoado com o uso de matérias mais refinadas e novos painel, quadro de instrumentos, laterais das portas.

Com 50 modificações, apenas na versão LTZ para até sete passageiros, o utilitário esportivo grande tem opções de motores V6 3.6 a gasolina de 279 cv e 2.8 Turbodiesel de 200 cv combinados com câmbio automático de seis velocidades e tração 4x4. O preço do Chevrolet Trailblazer 2017 baixou R\$ 4.000 na opção a gasolina que custa R\$ 159.900, e R\$ 2.000 na turbo diesel, que passou para R\$ 189.990.



Foto: GM / Divulgação

O utilitário esportivo grande tem como principais clientes as famílias que respondem por 89% das vendas. Apenas 3% são solteiros e 1% viúvo. A renda média mensal é de R\$ 25.000 e, para 20% dos compradores é um veículo adicional que procura um modelo com a robustez de uma picape com a sofisticação de um automóvel sedã.



Foto: GM / Divulgação

O sofisticado interior é semelhante ao da picape **S10** na versão **topo High Country**. Volante multifuncional, o quadro de instrumentos foi redesenhado com mostradores analógicos e digitais.

O computador de bordo traz diversas informações e, com a função Eco, auxilia o condutor otimizar o consumo de combustível. Também mostra a pressão dos pneus. A central multimídia MyLink tem tela de 8 polegadas, traz navegação por GPS, sistema de som, Bluetooth, viva-voz conexão com smartphones Android Auto e Apple CarPlay (iPhone). O sistema ONStar de informações e serviços é gratuito no primeiro ano.



Foto: GM / Divulgação

Os alertas de colisão frontal - sinaliza a proximidade com veículo à frente, o de saída involuntária de faixa, e o de ponto cego, são de série. Também a câmera de ré com alerta de movimentação traseira, que por sensores avisa ao motorista se há trânsito cruzado antes que ele possa ter aquela área no campo de visão.

Ainda partida do motor à distância, sensores de chuva e crepuscular, sensor de estacionamento dianteiro, fechamento dos vidros pela chave, controles de tração e estabilidade e assistentes de partida em rampa e de descida.



Foto: GM / Divulgação

Com 4,88 metros de comprimento, 1,90 m de largura e 2,85 m de distância entre eixos - o **Trialblazer** tem até sete lugares. As três fileiras de assentos têm diferentes níveis de altura e climatização individual e ajustável. O espaço para bagagem varia de 205 litros a 1.830 conforme a configuração dos bancos.

Fisco veda créditos de PIS e Cofins de frete internacional

26/01/2017 – Portal Contábil

O entendimento está previsto na Solução de Divergência nº 3, da Coordenadoria-Geral de Tributação (Cosit) publicada ontem no Diário Oficial da União. O entendimento servirá de orientação para todos os fiscais do país. Até então, havia soluções de consulta divergentes dentro da própria Receita sobre o assunto. Os créditos das contribuições são relevantes porque quando reconhecidos podem ser usados para pagar tributos federais.

As soluções de consulta concordam que o frete da venda de produtos elaborados por determinada empresa não é considerado insumo – assim, não gera crédito. Mas algumas entendem que, no caso de isenção do PIS e da Cofins, o crédito só estaria vedado na revenda ou se o serviço for um insumo para a produção da mercadoria.

A Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, isenta de PIS e Cofins as receitas auferidas por meio do transporte internacional de carga ou passageiros.

A solução de divergência é importante para exportadores no regime não cumulativo de apuração do PIS e da Cofins, que são as grandes empresas, segundo o advogado Flávio Sanches, do Veirano Advogados. “Se você toma serviço de transportador estrangeiro não há direito a crédito, mas se ele é domiciliado no Brasil havia dúvidas”, afirma.

Segundo o advogado, a Lei nº 10.833, de 2003, diz que não gera crédito a aquisição de bem ou serviço não sujeito ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção. “Mas parte da Receita aceitava o argumento de que o exportador não exporta

o frete. Assim, não considerava-o como bem ou serviço e reconhecia o direito ao crédito”, afirma Sanches.

Para Gabriela Miziara Jajah, do setor tributário do Siqueira Castro Advogados, a orientação da Receita está em linha com o posicionamento restritivo que vem adotando sobre o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins. “Ou seja, de se criar impedimentos ao desconto de bens e serviços essenciais à determinada atividade”, afirma.

Segundo a advogada, o próprio legislador já tem flexibilizado a tomada de créditos de PIS e Cofins, ao admitir que, nas vendas como suspensão, isenção, alíquota 0% ou não incidência das contribuições, os créditos sejam mantidos.

BNDES adota critérios da Lei Geral para micro e pequenas empresas

26/01/2017 – Portal Contábil

A partir de 30 de janeiro, o BNDES fará uma série de mudanças em suas políticas operacionais. Uma das alterações mais importantes diz respeito à adoção do critério de classificação dos pequenos negócios de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – isto é, faturamento de até R\$ 360 mil por ano para as micros e de até R\$ 3,6 milhões para as pequenas empresas. No momento, a instituição considera pequenas empresas aquelas que faturam anualmente até R\$ 16 milhões.

O banco está, desde dezembro, estruturando medidas com o objetivo de se tornar mais acessível às micro e pequenas empresas. A tendência é que esses novos parâmetros gerem um efeito positivo no volume de crédito ofertado pelo sistema bancário, o qual, efetivamente, opera as linhas de crédito oferecidas pelo BNDES.

A simplificação do portfólio de produtos e programas como o Finame e o BNDES Automático é outra mudança que o banco está realizando para facilitar os financiamentos para as MPE. Com menos itens, o objetivo é tornar as linhas do BNDES mais atraentes para instituições financeiras e empresários.

Completam as medidas anunciadas pelo banco a redução de 30 para dois dias no prazo de análise e concessão de crédito e a ampliação de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões no limite do Cartão BNDES, usado para financiar máquinas e equipamentos. As instituições financeiras têm prazo de 90 dias para se adaptarem. “O Sebrae espera que essas iniciativas gerem um efeito positivo nas instituições que operam com recursos oriundos do BNDES, tornando-os mais acessíveis aos pequenos negócios”, afirma o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Indústria sugere aperfeiçoamento do programa de renegociação de dívidas fiscais

26/01/2017 – Portal Contábil

Empresários também discutiram com a equipe econômica a convalidação dos incentivos fiscais do ICMS e a medida provisória que cria bônus de eficiência e produtividade para os fiscais da Fazenda e do Trabalho

Empresários em encontro com representantes do governoO refinanciamento das dívidas tributárias é importante para reabilitar as empresas que estão sendo penalizadas pela maior crise da história do país O governo avaliará até o fim deste mês as sugestões de aperfeiçoamento do Programa de Regularização Tributária apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta terça-feira (24), aos ministros Henrique Meirelles, da Fazenda, e Dyogo Oliveira, do Planejamento.

A principal proposta da indústria é a redução das multas, dos juros e dos encargos na consolidação das dívidas fiscais das empresas, afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), Marcos Guerra, que representou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, na reunião no Ministério da Fazenda. "Sem uma revisão das penalidades, dificilmente as empresas vão aderir ao programa", destacou Guerra.

Segundo ele, o refinanciamento das dívidas tributárias é importante para reabilitar as empresas que estão sendo penalizadas pela maior crise da história do país. Ao permitir a renegociação das dívidas tributárias, o governo ajudará as empresas a recuperarem a capacidade de operação.

Os empresários apresentaram aos ministros a preocupação com a Medida Provisória 765, que cria um bônus de eficiência e produtividade para os auditores fiscais e do trabalho. Isso, afirma Guerra, pode desvirtuar o trabalho da fiscalização e pode criar uma "indústria da multa".

Além disso, destacaram a necessidade de convalidação dos incentivos fiscais do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para a indústria, a confirmação dos incentivos, prevista no Projeto de Lei Complementar 54/2015 é importante para dar segurança jurídica às empresas, manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos projetos existentes e estabilidade para atração de novos investimentos.

REFORMA TRIBUTÁRIA – Durante o encontro, os empresários também pediram informações à equipe econômica sobre a reforma tributária que o governo estaria preparando. "Sugerimos que o governo ouça as sugestões da indústria.

Estamos abertos ao diálogo", disse Guerra. Ele destacou a receptividade da equipe econômica às propostas da indústria. "Os ministros e os secretários estão preocupados não apenas em arrecadar, mas que o país volte a crescer. Nós propomos pontos estratégicos para a retomada do crescimento econômico."

"A hora é de mudanças", destacou o presidente da FINDES, que estava acompanhado dos empresários Paulo Afonso Ferreira, vice-presidente da CNI, e os presidentes das federações de indústrias dos estados do Paraná, Edson Luiz Campagnolo, de Alagoas, José Carlos Lyra de Andrade, da Bahia, Antonio Ricardo Alvarez Alban, do Pará, José Conrado Azevedo Santos, e de Santa Catarina, Glauco Côrte.

Além de Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira participaram do encontro o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto de Almeida, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

eSocial permitirá que Governo Federal intensifique fiscalizações

26/01/2017 – Portal Contábil

Unificar as informações e cruzar a base de dados para poder identificar possíveis irregularidades e atuar com a fiscalização é um dos objetivos do Governo Federal com a implementação do eSocial. Foi o que afirmou Helio Donin Jr., durante a palestra "eSocial: chegou a hora e não tem volta", promovida pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio AL), na terça-feira (24), no auditório do Senac Poço.

O objetivo da palestra foi apresentar uma visão geral sobre esse sistema de transmissão eletrônica para que, quando passar a ser obrigatório em 2018, os profissionais da área saibam o que irão precisar para utilizar o programa.

Como a procura pelo evento foi grande, a Fecomércio realizou na manhã desta quarta-feira (25), uma sessão extra do evento, possibilitando que os interessados que estavam na lista espera pudessem participar.

O eSocial faz parte do Sped Fiscal e abrange toda a relação trabalhista existente entre a empresa e a mão de obra contratada, com ou sem vínculo empregatício; daí a importância das empresas se estruturarem para o início de sua vigência.

“Diferente do que era antigamente, quando nós entregávamos obrigações acessórias e estas eram direcionadas a várias bases, com o Sped não funciona assim. O fisco quer unificar as informações para poder, a partir daí, cruzar as informações e intensificar a fiscalização. Já temos o Sped Fiscal, o Sped Contábil e, agora, o eSocial com as relações interpessoais”, explicou Donin.

Segundo dados do palestrante, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) só tem capacidade para fiscalizar 3% das empresas. “Agora com o eSocial, o MTPS vai checar o envio dos dados e verificar as informações que possam gerar dúvidas para realizar uma fiscalização mais certa. Os outros 97% vão ser fiscalizados eletronicamente”, disse.

Na avaliação de Donin, dentro da estrutura do Sped o eSocial é o mais complexo, pois possui entregas diárias, validações individuais e cronológicas. “O conteúdo deve ser consistente; não pode ser enviada informação sem documentação, pois se faltar, volta; é como se não tivesse entregue. E as validações cronológicas são pré-requisitos de outros registros enviados previamente. É preciso ter esse acompanhamento e esse controle”, expôs, acrescentando que as entregas diárias referem-se às transmissões de informações com prazos legais diferentes, a exemplo da admissão e da comunicação de acidente de trabalho.

As informações que estarão no eSocial são o cadastro de funcionários e seus registros; as tabelas de proventos, descontos, departamentos, unidades, horários e cargos, dentre outras; números de admissões, rescisões, férias, licenças e retenções do INSS; além de informações sobre processos judiciais trabalhistas. “O eSocial não altera a legislação, mas exige que ela seja cumprida”, ressaltou.

Para as Micro e Pequenas Empresas, Donin apontou como desafios a mudança da cultura do empresário, a redução da informalidade de funcionários, a adequação de sistemas, a capacitação dos fornecedores de serviços e o uso de internet de boa qualidade. “Se a internet cair e não for transmitido o eSocial, a consequência será a multa”, observou. Em relação ao MEI, ainda não há previsão de inserção na sistemática, mas o especialista acredita que será obrigatório em julho de 2018.

Donin falou, ainda, sobre a necessidade de se definir os limites entre as responsabilidades que serão atribuídas às empresas e aos contadores, uma vez que ao assinar digitalmente o envio, as consequências recairão sobre quem validou.

“Vamos imaginar que a empresa não tenha PPP, o que é obrigatório por lei. No eSocial, terá um campo para preencher sobre isso e você informa que a empresa não possui. Pronto! Você acabou de fazer uma confissão e, com a fiscalização cruzada, a empresa pode ser autuada. De quem será a responsabilidade? Da empresa que não fez o PPP ou do profissional que informou? Nós precisamos avaliar quais informações iremos assinar pelo cliente”, ponderou.

No tocante à geração de tributos, o próprio sistema irá calcular a guia e a incidência fiscal. Não será possível gerar guia de forma avulsa. A sistemática prevê a possibilidade de retificar (é preciso ter cuidado, pois a retificação pode ter reflexo em outro registro, além de ter um custo alto para a empresa e para o escritório de contabilidade), alterar (mudar informação que era correta em determinado período e

que sofreu alteração ao longo do tempo) e excluir (deixar sem efeito jurídico um evento enviado anteriormente).

O presidente da Fecomércio, Wilton Malta, agradeceu a confiança dos participantes e se disse preocupado com as perspectivas da implementação. "Pelo que pude ver nesta noite, o eSocial exige seriedade, pois se a empresa não estiver preparada, pode ter consequências preocupantes, como as multas. Peço a vocês, profissionais de contabilidade, que cobrem das empresas a estruturação adequada", falou.

Ao final da palestra, houve sorteio de três certificados digital versão Mobile ID; um final de semana com direito a acompanhante no Sesc Guaxuma; e uma bolsa integral do Curso de Excel Básico e Intermediário do Senac. Prestigiaram o evento presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRC AL), Paulo Sérgio Braga; o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa do Estado de Alagoas (Sescap AL), Carlos Henrique do Nascimento; e os diretores regionais do Sesc, Willys Albuquerque, e Senac, Telma Ribeiro.

O projeto "Contador parceiro da Fecomércio" conta com o apoio do Sesc, do Senac e do Sindilijas Arapiraca. A última palestra da programação inicial acontecerá hoje à noite (25), às 19h, em Arapiraca, no teatro do Sesc.

Vice-Presidente da Hexagon Manufacturing Intelligence, Danilo Lapastini se torna CEO da América do Sul

26/01/2017 – CIMM

Com 12 anos consolidados e uma trajetória marcada por grandes desafios e conquistas na Hexagon Manufacturing Intelligence, Danilo Lapastini, inicia o ano de 2017 com mais um estímulo: ele passa a ocupar a posição de CEO na América do Sul.

Formado em Gestão de Negócios, Lapastini trilhou sua carreira profissional acrescentando à sua bagagem importantes experiências adquiridas, como Gerente de Vendas, Diretor Comercial, Pós Vendas e Administração, Diretor Executivo e de Operações. Há mais de uma década tem enfrentado grandes desafios, como a implantação de um Marketing ativo, montou e qualificou um time de vendas, melhorou processos do pós-vendas e vivenciou um crescimento de 700% em poucos anos.

A rápida identificação com os princípios, a ética e a atuação da empresa, faz com que Danilo se recorde com orgulho e honra dos momentos e desafios enfrentados ao lado de grandes mestres e colegas de trabalho.

"Desde o primeiro momento em que entrei para ser entrevistado me identifiquei com a Hexagon. O apoio que tive do meu gestor direto, sem dúvidas, foi a chave do sucesso", enfatiza.

Como CEO da América do Sul, Lapastini, destaca como maior desafio a retomada do crescimento frente à crise.

"O maior desafio é voltarmos a crescer. Embora estejamos muito bem dimensionados administrativa e financeiramente, precisamos um pouco da ajuda do mercado. Temos vários planos, entre eles, Indústria 4.0, aumentar o número de instalações de células robotizadas de medição, melhorar as tecnologias nas máquinas já instaladas, entre outros. Ideias não nos faltam e com certeza 2017 será um ano especial.", finaliza Danilo.

Key Partner Feimafe, Junker leva tecnologias de usinagem e filtros industriais à edição de 2017 do evento

26/01/2017 – CIMM

Empresa acredita no potencial da feira para consolidar todas as marcas do Grupo Junker: Junker, Zema e LTA. Feimafe 2017 acontece de 20 a 24 de junho, no Expo Center Norte.

Atendendo setores como automotivo e autopeças, aeroespacial, agrícola, ferramentaria, geração de energia e peças para componentes para a produção de eletrodomésticos linha branca, a Junker é expositora confirmada da próxima Feimafe - Feira Internacional de Máquinas-Ferramenta e Sistemas Integrados de Manufatura, e uma das empresas key partner do evento.

A Feimafe 2017 acontece de 20 a 24 de junho, no Expo Center Norte, em São Paulo. "A feira é muito importante para o nosso mercado na América do Sul, e para consolidação do Grupo Erwin Junker com as marcas Junker, Zema e LTA" – explica Dirk Huber, diretor da Junker do Brasil.

O executivo adianta novidades das duas áreas de atuação da companhia: máquinas e exaustores de névoa. "Para o segmento de máquinas, mostraremos o centro de usinagem com rebolo CBN, com corpo de fibra de carbono, para velocidades periféricas de até 250 m/sec; além disso, apresentaremos máquinas para usinagem de rolos de laminação e novos conceitos de programação, para facilitar a interface operador/máquina.

Também apresentaremos novos conceitos de usinagem de eixo turbocompressor. Outro conceito que mostraremos é a retificação de eixos de caminhão em uma única fixação, com dois cabeçotes".

Para o segmento de exaustores de névoa, a empresa irá apresentar filtros eletrostáticos individuais e autolimpantes, além de filtros sólidos para fumos e poeira, e filtros para névoa de óleo e de emulsão simultâneos, modelo AC 2000 Solid.

"Atualmente, estamos trabalhando no desenvolvimento de vários projetos nas áreas centerless (máquina pequena e compacta), retificadora de dupla face para biela, virabrequim de grande porte (até 5,8 metros); aprimorando os equipamentos para retificação e fresamento de cilindros de laminação".

120 mil funcionários da União não serão afetados pela reforma da Previdência

26/01/2017 – Gazeta do Povo

Esse contingente já cumprem os critérios para aposentadoria e não serão atingidos pela reforma



Cerca de 120 mil servidores civis da União já reúnem condições de se aposentarem sem serem alcançados pelas mudanças da reforma da Previdência. Mesmo que eles se aposentem depois de aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de

reforma, esses servidores já têm o direito garantido de acesso ao benefício pelas regras atuais. Por isso, no governo não se espera uma corrida desses servidores para pedir a aposentadoria.

Os cálculos foram apresentados pelo secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, que ressaltou que o servidor que já completou os requisitos poderá se aposentar pelas regras antigas quando entender conveniente. Isso vale para aqueles servidores que completarem os requisitos durante a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

“Não estamos alterando de quem recebe a aposentadoria ou já completou as condições”, disse Caetano, que foi um dos principais responsáveis pela elaboração da proposta de reforma. “Não há necessidade de uma corrida para aposentadoria”, acrescentou.

Segundo ele, há Estados que também têm um contingente grande de servidores que já podem se aposentar. Isso pode levar a uma situação de aumento dos gastos com o pagamento dos benefícios à medida que esses servidores se aposentem. Isso vale para os Estados que tenham uma malha de servidores com idade mais madura.

Estados

O secretário, porém, destacou a importância da reforma para as contas dos estados, que hoje enfrentam desequilíbrios - em boa parte deles por causa das despesas com a Previdência de seus servidores.

Pela proposta de reforma, todos os entes federativos que possuem regime próprio de aposentadoria, inclusive municípios, serão obrigados a instituir regime de previdência complementar para seus servidores e a limitar os benefícios ao teto de benefícios do INSS, hoje de R\$ 5.531,31. A medida deverá ser atendida em até dois anos depois de aprovada a reforma.

Pelas regras atuais, os servidores podem trabalhar até 75 anos. A partir dessa idade, a aposentadoria é compulsória. O governo paga um abono de permanência para os servidores que estão em condição de se aposentar, mas optam em continuar trabalhando.

Esse bônus tem o valor equivalente à contribuição previdenciária devida pelo servidor. A proposta de reforma manteve esse bônus e a idade da chamada compulsória.

De acordo com os dados do Ministério do Planejamento, o contingente total da União é de 1,233 milhão. Desse total, 370,51 mil são militares. Os servidores civis somam 862,86 mil.

Pela proposta, as regras de aposentadoria do servidor público e do INSS passam a convergir entre si, como idade mínima para aposentadoria, tempo de contribuição mínimo para aposentadoria, forma de cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão, forma de reajuste dos benefícios de aposentadoria e pensão.

A expectativa do governo é aprovar a proposta de reforma ainda no primeiro semestre desse ano. O Palácio do Planalto aposta na aprovação da proposta no plenário da Câmara dos Deputados em primeiro turno no dia 22 de março.

26/01/2017 – Gazeta do Povo

Os sinais de ligeira recuperação da atividade industrial, ainda que sobre uma base extremamente fragilizada, apontam para um crescimento modesto da venda da rede de distribuidores em 2017



A produção industrial tem dado sinais de recuperação gradual, o que deve se refletir no aumento das vendas de aços planos pela rede de distribuição. O setor projeta para 2017 uma expansão de 5%.

"Os estoques da indústria estão estabilizados e com a perspectiva de melhora gradual da economia, devemos ter um aumento dos pedidos da rede", afirmou nesta terça-feira (24) o presidente do Inda, Carlos Loureiro.

A projeção de crescimento para 2017 interrompe um ciclo de três quedas consecutivas das vendas dos distribuidores. Segundo a entidade, no ano passado a rede reportou retração de 4%, para 3,03 milhões de toneladas.

"Já estamos começando a ver um ponto de inflexão. O cenário parou de piorar e deve melhorar gradualmente", avalia Loureiro.

No entanto, as margens da rede continuam pressionadas. Em entrevista ao DCI, Loureiro destacou que principalmente os distribuidores independentes estão apresentando problemas mais graves de capital de giro.

"Empresas mais capitalizadas, como a distribuidora da ArcelorMittal, por exemplo, têm conseguido enfrentar o cenário com um pouco mais de fôlego", analisa.

Segundo o dirigente, a rede de distribuição de aços planos no País possui cerca de 5 mil empresas, das quais aproximadamente 900 são associadas ao Inda. "Empresas que fornecem para a indústria de bens de capital e automobilística são as que sofrem mais neste momento", aponta.

Já o segmento que deve continuar apresentando o melhor desempenho entre os clientes da distribuição é o de máquinas agrícolas. "A projeção de melhora do mercado automotivo em 2017 também deve trazer avanços para nossos clientes de autopeças", acrescenta.

Ainda assim, Loureiro salienta que a retomada da indústria deverá ser tímida neste ano, sobre uma base extremamente enfraquecida. "Por esse motivo, as margens da rede de distribuição de aço devem ficar no patamar de 10%", revela. Historicamente, esse índice girou em torno de 15%. "Se não repassarmos os aumentos de preços aplicados pelas siderúrgicas recentemente, vamos trabalhar com margens negativas", acrescenta o dirigente.

Ele conta que o penúltimo reajuste das usinas, aplicado em meados de novembro, já foi repassado integralmente para os clientes. "Neste mês de janeiro, sofremos outro reajuste em torno de 8,5% a 9,5%, dependendo da usina", informa. "Nossos clientes têm tido uma dificuldade brutal de repassar esses aumentos."

Neste cenário em que todas as empresas tentam absorver o mínimo possível de aumento de custos, a rede de distribuidores de aços planos acabou ganhando participação em relação às usinas. No ano passado, o consumo aparente recuou cerca de 14% no Brasil, enquanto que na rede a queda foi bem mais branda.

"Em anos de crise, os distribuidores tendem a ganhar participação de mercado." Isso porque, de acordo com Loureiro, a rede tem mais flexibilidade e trabalha com volumes menores. "Em 2016, a participação dos distribuidores no consumo aparente foi histórica, em torno de 36,6%."

Ele acrescenta que a rede trabalha basicamente com estoques nacionais. "Como as importações caíram muito, nossos associados também se beneficiaram", explica.

Prêmio

O presidente do Inda informa que, hoje, o prêmio do aço brasileiro gira em torno de 6% a 8% (bobina), com um dólar a R\$ 3,20. Porém, globalmente os preços vêm caindo com a forte queda da cotação do carvão. "Se o prêmio aumentar no Brasil, isso pode incentivar as importações", alerta.

Em 2016, a entrada de aços planos recuou 55,4%, para 679,7 mil toneladas. A China continua sendo a principal origem das importações, respondendo por 64,4% do total. Em zincados, essa fatia é de 81,4%.

Diante do quadro de queda dos preços do carvão e perspectiva de recuo do minério de ferro, o aço brasileiro pode ficar mais pressionado se a cotação internacional cair. "Temos que aguardar para saber se a China vai priorizar margens ou aumento de participação no mercado global", avalia.